

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia. O extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

Américo Alves de Lyra Júnior\*, Francisco Carlos Carneiro da Silva\*\*, Rafael Chirone\*\*\*

A obra da professora Maria das Graças Santos Dias Magalhães enfoca o fenômeno do extrativismo vegetal em Roraima. Para isso, estuda, por meio da História, uma atividade produtiva de vulto para o desenvolvimento local desse estado. A prática econômica do extrativismo foi, de certa forma, obliterada na historiografia de Roraima e conseqüentemente esquecida nos estudos acadêmicos contemporâneos. Suprindo essa lacuna acadêmica, Magalhães retoma o tema em pauta refletindo-o a partir de uma periodização. Ela adota como referenciais, para a periodização citada, dois momentos: a criação do Território Federal do Rio Branco e sua posterior transformação no estado de Roraima através da Constituição Federal. As fontes de pesquisas utilizadas foram colhidas por meio do recurso da história oral, dada a falta de documentação escrita sobre o assunto, bem como em documentos e relatórios oficiais. Outra perspectiva metodológica oportuna para a apreciação do estado foi o dialogo estipulado com a Geografia.

A partir desse dialogo e das fontes consultadas, a autora divide a obra em quatro partes, com a primeira tratando da Amazônia brasileira. Defini-se a Região como: “(...) espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural; é ainda um objeto específico, com significação própria”. A definição engloba uma região ecologicamente famosa, na qual residem pessoas que nela trabalham e exercem atividades produtivas que modificam a natureza inicial. A ocupação humana na região e as conseqüências irremediáveis disso se dão a partir do século XVI com a chegada dos primeiros europeus. Desde então se começou a praticar o extrativismo vegetal em função das características do solo, do próprio isolamento geográfico da Amazônia e da falta de recursos por parte da Coroa Portuguesa. Mas esse esforço de ocupação, também conhecido como *plantation*, mostrou-se pouco viável. O desenvolvimento viria mais tarde, com a descoberta das “*drogas do sertão*”. Elas possibilitaram o desenvolvimento da região através dos lucros gerados pela venda de especiarias, das quais três se destacam: o cacau (*Theobroma cacao*), a canela (*Cyannamomum zeylanicum Ness*) e o cravo (*Dicypellium caryophylatum Ness*).

Essas atividades promoveram expedições para a região e possibilitaram toda uma infra-

---

\* Doutor em História pela Universidade de Brasília, UnB. Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima, UFRR, e Coordenador Científico do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais, NAPRI. Email: americodelyra@uol.com.br

\*\* Acadêmico de Relações Internacionais da UFRR

\*\*\*Acadêmico de Relações Internacionais da UFRR.

estrutura para escoar a produção. Contudo, só na administração do Marques de Pombal a região receberia atenção especial com uma série de medidas que buscavam seu desenvolvimento. Apesar da distância temporal, os condicionamentos relativos a uma economia extrativista se refletem, igualmente, no ciclo da borracha.

Esse ciclo promoveu forte migração que, ao longo do tempo, gerou uma série de programas de colonização para a região; todos atrelados a tentativas de implantação de uma infra-estrutura que, julgava-se, possibilitaria desenvolvimento econômico sustentável. Este argumento, no caso de Roraima, revela um conjunto de mudanças para a sociedade em geral. São eles: surgimento de cidades nas margens do Rio Branco e, também, fazendas de criação de gado dependentes do ciclo da borracha. Esta, quando perde inserção no mercado internacional, faz com que a economia desenvolvida às margens do Rio Branco entre em declínio. Situação que se alteraria com a criação do Território Federal do Rio Branco durante o governo de Getúlio Vargas. Tem-se, nesse período, uma política que se tornaria comum na região, qual seja, a política de assentamentos. Distribuíram-se terras, principalmente, para os nordestinos com vista ao fortalecimento da produção local de alimentos e da ocupação humana do vasto território.

Por isso, Magalhães contempla a atividade do extrativismo vegetal em Roraima nos anos de 1943 a 1988, tendo por parâmetros a criação do Território Federal do Rio Branco e sua posterior transformação em estado. Discorre sobre diversos fatores, dentre os quais a construção das BRs 174 e 210, as diferentes formas de atividade econômicas e as conseqüências da prática extrativista para a organização das relações sociais na região. Como dito anteriormente, a autora recorre à Geografia para apresentar o cenário político e social oriundo das conseqüências da prática extrativista. Nesse sentido, aborda-se a mesorregião sul de Roraima, então formada por quatro municípios de Mucajaí, Caracará, São João da Baliza e São Luiz.

Esses municípios são tidos como os mais importantes para a análise porque possuem grande potencial madeireiro e grupos climáticos favoráveis, os quais provocam cobiça internacional fazendo com que governos brasileiros instituíam aparato de controles para as suas fronteiras. Válido comentar que a Amazônia sempre foi alvo da cobiça de diversas nações forçando o Brasil a instituir aparatos de controle das suas fronteiras.

Além do que, a Amazônia possui longa experiência no extrativismo vegetal. Como já visto, no período colonial viveu-se a economia baseada nas “drogas do sertão”. No século XIX deu-se o primeiro Ciclo da Borracha, com produção gumífera que atendia as necessidades do mercado

internacional e outro surto durante a Segunda Guerra Mundial.

Outro contexto analisado pela autora foi o do regime militar, mais precisamente na década de 1970. Nesse período, buscou-se a implementação de projetos que visassem a integração da Amazônia ao território brasileiro, principalmente os relacionados às fronteiras políticas. Para tanto, iniciaram a construção de estradas em regiões afastadas e também em áreas de difícil acesso aos núcleos de colonização por meio do PIN e do INCRA.

Neste aspecto da integração nacional, o estado de Roraima esteve relativamente isolado até a abertura da estrada Manaus – Caracará (BR-174) em 1977. Somado à política colonizadora disseminada pelo estado e a vinda de colonos de todos os cantos do Brasil e do mundo, carregados de seus conhecimentos técnicos, foi possível utilizar extensiva tecnologia em diversas áreas, por exemplo, a agropecuária. Tudo isso possibilitou a criação de uma organização espacial até então inexistente.

A autora oferece dados estatísticos sobre o tema em pauta, como os relacionados à Roraima. Neste caso, os produtos madeireiros respondem por mais de 80% da exportação do Estado. Magalhães menciona que o município de Mucajaí tem como principal item de seu parque industrial o ramo madeireiro, o qual atende a demanda de Roraima e do exterior. O mesmo argumento vale para o município de Caracará que tem na atividade madeira sua principal fonte de receita, incluindo, também, o município de São Luiz que tem uma indústria madeireira promissora considerando suas grandes reservas florestais. Entretanto o cenário para a extração da madeira não é perfeito. Existem restrições impostas pelas reservas indígenas e pela carência de técnica para a exploração sem desflorestamento. Este, um crescente problema porque cada vez mais a floresta amazônica é destruída. Entende-se, dessa forma, a necessidade de buscar um equilíbrio entre a exploração e a preservação através de um desenvolvimento sustentável para a região.